



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICO
HISTÓRIA

1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Pará criada pela Lei nº 3.191, de 02 de julho de 1957, tem pautado as suas ações na geração, difusão e aplicação do conhecimento nos diversos campos do saber, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular das populações na Amazônia. A partir desse princípio, o conhecimento histórico tem sido produzido visando o aproveitamento das potencialidades da região mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão.

Com o propósito de assegurar a todos o acesso ao conhecimento produzido e acumulado, de modo a contribuir para o exercício pleno da cidadania, fundada em formação humanística, crítica, reflexiva e investigativa foi implantado, a partir da década de 1990, o processo de interiorização da universidade para as diferentes regiões do Pará. A partir desta nova proposta de uma universidade muito mais presente no interior da Amazônia, se definiu uma proposta curricular em que os cursos passam a contribuir mais com o desenvolvimento social de cada região paraense.

O Campus Universitário de Ananindeua criado pela resolução Nº 717 de 12 de agosto de 2012 e localizado na cidade de Ananindeua, envolvido também neste processo de interiorização, surge com o objetivo de proporcionar o ensino, a pesquisa e a extensão por meio de cursos de graduação e pós-graduação, regulares, intervalares e na modalidade à distância. Com a proposta do governo federal de expandir as vagas do Ensino Superior através da reestruturação das universidades públicas, a administração local em consonância com a administração superior, resolveu implantar entre os novos cursos, o de História. Isto por entender que a região a ser atendida pelo novo curso, Metropolitana de Belém, possui uma demanda de professores que necessitam assegurar a formação em nível de graduação em História, e também por esta região ser portadora de um rico patrimônio histórico que se encontra expresso nas construções, no acervo documental e na apropriação oral e simbólica das populações locais.

A criação do Curso de História está relacionada às ações de pactuação estabelecida entre o Ministério de Educação do Brasil e a Universidade Federal do Pará para garantia da expansão do ensino superior no Estado. Além de garantir a formação com qualidade de professores da rede pública, privada e conveniadas, têm o propósito ainda de articular os diversos espaços de guarda da memória histórica de constituição da região e da própria Amazônia. Como espaço acadêmico e de ensino superior expressa a possibilidade de explorar os acervo históricos disponíveis na região, garantir a sua sistematização e difundir para a comunidade os resultados de pesquisas. Neste aspecto, este projeto pedagógico, estruturado de acordo com as normas vigentes e elaborado por uma comissão formada pela coordenação e professores do Campus de Ananindeua, e debatido com a comunidade acadêmica, apresenta as matrizes curriculares e aspectos formativos do Curso de História. Tem como eixo norteador a interlocução entre pesquisadores e comunidade de forma que a produção acadêmica ao mesmo tempo em que responda a uma demanda social, que possibilite, entre outras questões relevantes, o conhecimento histórico dos grupos sociais estabelecidos na região Metropolitana de Belém, como também o modo de vida desses grupos, que ajudam a compreender a História da Amazônia e do Brasil; inserindo a história dessas comunidades no circuito da historiografia brasileira e internacional.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A política de massificação do ensino de base nos anos de 1930 e 1940 foi acompanhada da ampliação do então chamado ensino ginásial e secundarista. Com este aumento nasceu a necessidade de formar regularmente mais professores para atuar em atividades específicas, como o ensino de História. Neste contexto surgiu no Pará um curso de graduação em História e Geografia, implantado em 1955, na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará, depois incorporado à Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1957. Três anos após a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará foi implantada a Universidade do Pará. Somente no ano de 1961 ocorreu o desmembramento para dois cursos distintos, sendo que o Curso de História surgia com a proposta de ampliar o número de vagas e formar alunos para o ensino e pesquisa.

No Campus Universitário de Ananindeua a proposta de criação do Curso de História está associada implantação do Centro de Documentação da UFPA. Trata-se de um espaço de promoção e integração de estudos e pesquisas interdisciplinares voltados à reconstrução da memória histórica e sociocultural da ciência na Amazônia, em especial registros e

informações que evoquem a história da UFPA. O Centro se propõe ainda em constituir como espaço de guarda de acervos documentais, restauração, organização, conservação e divulgação, com o propósito de desenvolver atividades para a Educação Básica e Superior relativas à discussão da memória histórica e sociocultural da ciência na Amazônia e a História da Universidade Federal do Pará.

A dinâmica peculiar da região metropolitana de Belém, que inclui os municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides, Benfica e Santa Isabel, constituindo o maior centro populoso do Estado do Pará (IBGE, 2010), por si só justifica a criação de um Curso de Licenciatura em História que possibilite o desenvolvimento de pesquisas que expliquem a constituição histórica da região e o conseqüente processo formador deste espaço. Soma-se, no entanto, a necessidade de formação de professores de História para atuarem na Educação Básica. Trata-se de uma demanda que precisa ser atendida, pois parte dos professores que atuam na região não estão habilitados especificamente para trabalhar com a disciplina de História.

Com uma área que compreende 3.566,22 Km², a Região Metropolitana de Belém, em que o Curso de História atenderá, é formada por 2.581.661 habitantes, segundo a estimativa populacional de 2014 do IBGE. Também conhecida como Grande Belém é a 13^a área metropolitana mais populosa do Brasil, além de ser a mais populosa do Norte do Brasil. Esta situação tem produzido espaços de grande interesse e convergência nas aglomerações, articulando a população ribeirinha e de vilas rurais à margem de estradas e ramais com a população urbana, com isso ampliando as alternativas de consumo da população em geral e a socialização de práticas então peculiares a esses grupos.

Constituído de cidades resultantes de ocupações que remetem a segunda metade do século XIX, sendo alguns núcleos de povoamento organizados na segunda metade do século XX, a região é, pois, portadora de um rico patrimônio histórico, preservado na memória dos primeiros ocupantes, ou da constituição de construções que remetem anos iniciais de formação. Nestas cidades e nas centenas de povoados e vilarejos que formam esses municípios, têm sido preservados aspectos materiais e imateriais que precisam ser estudados. A conformação urbana dos traçados das ruas, a sua posição em relação às estradas e os rios, a substituição da floresta pelo cultivo e pecuária, as praças e passeios públicos, os casarões e as igrejas são alguns espaços que registram a história de constituição da Grande Belém. No caso do patrimônio imaterial registram-se a apropriação oral e simbólica das populações locais, as festas religiosas e não religiosas, as danças e músicas que permeiam o universo cultural das populações locais e que precisam de uma análise histórica capaz de assegurar a preservação e divulgação de aspectos da cultura popular.

Mesmo tratando-se de uma área metropolitana, a presença de diversas comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas registradas na região exigem atenção dos estudos históricos. Decifrar a existência e a trajetória dessas comunidades, como chegou à região e nos lugares que hoje se encontram, os tipos de cultivo, a relação que estabelecem com a floresta e os rios de onde retiram parte de sua sobrevivência, a presença da estrada que marca o desenvolvimento econômico da região, os conflitos em torno da ocupação de lotes urbanos como estratégia de permanecer no espaço das cidades, a relação entre as comunidades rurais e a cidade, assim como as lutas empreendidas para permanência na terra são algumas questões que devem ser analisadas quando da consulta aos documentos históricos, das observações, da constituição de pesquisa oral e da cartografia. Nesse caso, estas comunidades poderão servir como espaço para a dinamização do processo de pesquisa, bem como a socialização da aprendizagem desenvolvida ao longo do curso, constituindo assim num campo para atividade de pesquisa e extensão.

A criação do Curso de História, além de garantir a formação com qualidade de professores da rede pública, privada e conveniadas, tem o propósito ainda de articular os diversos espaços de guarda da memória histórica de constituição da região e da própria Amazônia, com o espaço acadêmico e de ensino superior, de forma a explorar o acervo histórico, garantir a sua sistematização e difundir para a comunidade. Com o Curso, assegura-se a ampliação da formação de professores, articula-se a implantação do Centro de Documentação da UFPA com o espaço de formação em graduação que permite a construção de propostas de pesquisa e ensino que se utilizam dos registros documentais sobre a guarda do Centro e insere-se a história dessas comunidades e populações da Região Metropolitana de Belém no circuito dos estudos histográficos.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo

Vagas: 40

Turno: Integral

Total de Períodos: 8

Duração mínima: 4.00 ano(s)

Duração máxima: 6.00 ano(s)

Forma de Oferta: Modular

Carga Horária Total: 3203 hora(s)

Título Conferido: Licenciado em História

Período Letivo: Intensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

Ato de Criação: Em processo de regulamentação

Ato de Reconhecimento: Em processo de regulamentação

Ato de Renovação: Em processo de regulamentação

Avaliação Externa: Curso novo, não passou por processo de avaliação externa

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

A orientação do curso tem como pressuposto a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, entendendo-se que esse tripé só adquire significado na medida em que não se desvinculam das experiências e problemáticas presentes no tecido social . Nesse caso, fica evidente a necessidade de não estabelecer uma divisão na formação do profissional de quem vai atuar nas escolas e aqueles que se encaminham exclusivamente para áreas de pesquisa. Em nossa perspectiva, a construção de um profissional com autonomia tem que priorizar uma formação mais ampla que prepare os formandos para atuarem com criticidade, com capacidade de lidar com a diversidade cultural, de posicionar-se diante das situações sociais e políticas, e em condições de desenvolver escolhas conscientes sobre a maneira como vai desenvolver seu trabalho ao lidar com o conhecimento histórico.

Acreditamos que é importante caminharmos no sentido de uma formação teórico-metodológica que busque constituir um profissional que seja capaz de articular a pesquisa, ensino e extensão. Neste aspecto, entendemos que o envolvimento com a pesquisa e com a produção do conhecimento histórico amplia as possibilidades de autonomia profissional, pois a produção dos saberes apresenta-se como um trabalho que exige a construção de posicionamentos e perspectivas diante das concepções diversas de fazer História, contribuindo assim para a autonomia e clareza do profissional em formação sobre o quê, como e para quê se ensina e se produz o conhecimento histórico.

Neste aspecto, compreendemos que para constituir um profissional com autonomia, é essencial que sejam dadas condições para a construção de experiências e reflexões sobre as formas de difusão do conhecimento histórico que aproxime cada vez mais as pesquisas e reflexões realizadas nos cursos de formação com a realidade das escolas e da sociedade.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

Formar professores de História para atuar na Educação Básica (ensinos Fundamental e Médio), o que implica compreender diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio históricas. Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço, de forma que estas competências orientem a construção de práticas de ensino de história que venham assegurar a formação do professor.

Objetivos Específicos:

-Proporcionar experiências de pesquisa, possibilitando aos discentes desenvolverem projetos e construir conhecimento novo e de qualidade;

-Formar professores capazes de utilizar, de forma competente, os recursos didáticos, para transformar a sala de aula num lugar onde se constrói e se reconstrói o conhecimento;

- Fazer com que o aluno tenha uma visão ampla, crítica, reflexiva e questionadora acerca dos assuntos trabalhados durante o curso.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

O graduado deverá estar capacitado ao exercício de professor, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das Instituições de Ensino Superior, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus).

Ao profissional de História caberá, com postura crítica e autonomia intelectual, problematizar os processos de significação da própria área do conhecimento. Nesse aspecto, a atuação no magistério deve ser concebida como uma dimensão que ultrapassa a mera tarefa pedagógica de transmitir o conhecimento. Da docência também se exige interação com a

sociedade em toda a sua estrutura organizacional, a fim de poder promover junto com seus interlocutores a análise da realidade histórica e dela buscar conhecimentos e experiências para avaliação e aprimoramento do próprio ensino. Assim estaríamos firmando o tripé ensino, pesquisa e extensão demandada pela universidade pública. Ademais, o professor deve estar em constante atividade de pesquisa juntamente com seus formandos, possibilitando a dinâmica da aprendizagem e permitindo a descoberta do novo, a produção de materiais de difusão do conhecimento, a re-elaboração crítica e teórica dos conteúdos ministrados e a desconstrução dos saberes inaugurados por determinados grupos de interesse que querem consolidar e naturalizar certas práticas históricas.

O modelo de formação está acompanhado de ações como pesquisador, o que possibilita, neste aspecto, diminuir as distâncias que há entre as práticas e os saberes históricos produzidos e debatidos no espaço da Universidade e aqueles ensinados nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Considerando o princípio da indissociabilidade e o perfil que queremos alcançar com a formação do professor, pesquisador e difusor do conhecimento histórico, torna-se, portanto, necessário à capacitação e à qualificação do historiador, envolvido com sua formação, transformar e desenvolver os conhecimentos dentro de uma prática profissional indissociável. Para isso, são requeridos o domínio e a construção de habilidades e competências capazes de efetivar o processo de profissionalização mediante a sistematização teórico-reflexiva articulada com as práticas de professor e pesquisador.

4.4 COMPETÊNCIAS

De acordo com os objetivos do curso, com o perfil do profissional a ser formado e com o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001 que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais de vários cursos, dentre eles História, espera-se que o graduado em História possa desenvolver as seguintes competências:

A) Gerais

- Dominar as diferentes concepções metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio históricas;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;

- Conhecer as informações básicas referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias assim como sua interrelação;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural;
- competência na utilização da informática.

B) Específicas para licenciatura

- Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino-aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transmissão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O curso de Licenciatura em História, baseia-se em procedimentos metodológicos, os quais focalizam a aprendizagem do aluno de maneira libertadora, crítica e criativa, uma vez que a intenção não é formar profissionais que são meramente receptores de conhecimento, pelo contrário, o que se pretende é contribuir para que os alunos sejam co-participantes no processo de ensino aprendizagem, para que eles façam parte de uma relação tríade: aluno, professor e o conhecimento. Nesse contexto, o professor é visto como um facilitador, ou seja, é ele quem vai mostrar os caminhos e ajudar o aluno a chegar ao conhecimento.

Para isso, faz-se necessário trabalhar de forme interdisciplinar, ou seja, proporcionar a integração dos conteúdos de uma disciplina com outras áreas de conhecimento, relacionando teoria e prática, integrando os conhecimentos que fazem parte da realidade dos alunos com a teoria, para que eles possam ter uma melhor compreensão. Portanto, é de suma importância

que o professor dialogue com seus alunos, que não fique limitado somente a trabalhar com aula expositiva, mas sim com uma aula dialogada, para que os alunos possam participar ativamente.

Além do princípio libertador, crítico e criativo; da interdisciplinaridade; do diálogo; da relação teoria e prática; outro princípio metodológico importante é a pesquisa, pois através dela, os alunos serão incentivados a ir em busca de novos conhecimentos, a criar, estudar conceitos e intervir na realidade, ou seja, a promover ações extencionistas, não como mera prestação de serviços à comunidade, mas como componente essencial de formação dos alunos.

Para contribuir com a formação dos alunos, outro componente metodológico importante é a adoção de pluralismo de espaços e estratégias de ensino, isto é, possibilitar e incentivar os alunos a participarem de eventos culturais, científicos, acadêmicos, bem como o envolvimento com projetos que englobem as comunidades próximas a universidade, trabalho com monitoria e participação em grupos de pesquisa.

Quanto às estratégias metodológicas, além da aula expositiva dialogada, os professores podem propor aos alunos trabalhos individuais e em grupo, seminários e outras atividades a critério do professor, a fim de incentivar os alunos a participarem ativamente do processo de ensino aprendizagem.

Relacionado a isso, os princípios avaliativos são essenciais para o processo de aprendizagem dos alunos, mas ela não pode ser entendida como mero instrumento de constatação de resultados, pelo contrário, defendemos uma avaliação que seja formativa, ou seja, a avaliação do que o aluno realmente aprendeu e do que precisa aprender, explorando múltiplas estratégias e instrumentos de avaliação, tais como: provas, seminários, trabalhos individuais e em grupos, pesquisa, entre outros, haja vista que dessa forma é possível avaliar os alunos de diversos ângulos. Além disso, é necessário avaliar a participação dos alunos em múltiplas dimensões da vida acadêmica, como por exemplo, em eventos científicos, culturais, monitoria, entre outros.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

A modalidade de oferta do Curso de História com carga horária total de 3.203 horas é presencial e as disciplinas estão organizadas em blocos sequenciais, sendo que as disciplinas

ofertadas no semestre serão ministradas de forma modular e sequencial, sendo que parte da carga horária pode ser desenvolvida de forma a distância. As aulas deverão ser ministradas no período intensivo de acordo com o calendário acadêmico da UFPA. A fim de garantir o monitoramento do desenvolvimento curricular serão conduzidas avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas. As atividades curriculares estão organizadas, de acordo com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura), de acordo com a distribuição a seguir:

I. Núcleo de Estudos de Formação Geral (1.725 horas): este núcleo visa fornecer ao aluno os conhecimentos básicos e fundamentais para bom entendimento do conhecimento histórico e de seus princípios norteadores. Corresponde aos conteúdos histórico/históriográficos que, sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, definem e problematizam os grandes recortes espaços-temporais. Está dividido em duas áreas: História e Sociedade e Teoria e Metodologia da História.

II. Núcleo de Aprofundamento e diversificação de estudos (1.278 horas): Este núcleo visa fornecer a formação teórica dos discentes, com disciplinas que abordem os princípios filosóficos, éticos e técnicos do fazer docente. Serão agregados às atividades que envolvem o trabalho docente da Educação Básica, acompanhando os trabalhos desenvolvidos de modo a adquirir a experiência de que trata a diretriz elaborada para a formação docente. Está dividido em duas áreas: Formação Pedagógica, Prática Curricular e Prática de Pesquisa.

III. Núcleo de estudos integradores (200 horas): este núcleo garante ao aluno a experiência do exercício profissional em ambientes escolares, museus, arquivos históricos e documentais, entre outros espaços que necessitem da atuação do profissional de história visando ampliar e fortalecer atitudes éticas, conhecimentos e competências. Além disso, corresponde as atividades que forneçam instrumentação mínima, permitindo a diferenciação de profissionais da área, tais como: atividades pedagógicas, fundamentos de arquivologia, de museologia, gerenciamento de patrimônio histórico, necessariamente acompanhadas de estágio. Visa garantir ao aluno a diversificação do conhecimento através de atividades complementares ao currículo. Atividades independentes realizadas pelos alunos serão aproveitadas para creditar as disciplinas deste eixo. Estas atividades podem ser disciplinas de outros cursos que apresentem área de interesse afim, monitorias, estágios, participação em

projetos de pesquisa, ensino e/ou extensão, participação em eventos científicos, etc.

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso será realizado em um dos campos do conhecimento do curso, a partir do 7º semestre e de acordo a proposta do discente, com a concordância do seu orientador. Deve ser elaborado individualmente, salvo casos devidamente justificados e aceitos pelo Conselho do Curso. Esta atividade curricular será desenvolvida em 180 horas. Poderá o aluno creditar esta atividade curricular, desde que o Trabalho de Conclusão de Curso já produzido seja correspondente a área do conhecimento histórico. O Trabalho de Conclusão de Curso será defendido em sessão pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, dois membros, sendo um deles, obrigatoriamente, o orientador, que presidirá a sessão. A sessão pública será organizada durante o período letivo, sendo a composição da banca examinadora e seu suplente deverá ser proposta pelo orientador, de acordo com a temática do trabalho, em acordo com o discente. O Conselho do Curso deve priorizar membros externos para fins de composição de banca. O Trabalho de Conclusão de Curso será orientado por docente da UFPA devidamente credenciado pelo Conselho do Curso e vinculado à área temática do trabalho, indicado, sempre que possível, pelo próprio discente. A critério do Conselho do Curso poderá ser aceita orientação do trabalho por profissional externo à instituição. A versão final do Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser entregue ao Conselho do Curso em meio eletrônico e um exemplar impresso para fins de arquivo. No caso de impossibilidade técnica de ser apresentado exemplar convencional impresso, poderá ser entregue memorial descritivo e registro fotográfico ou midiático da obra.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado docente de formação profissional compreenderá o total de 408 horas e será desenvolvido a partir do 5º semestre de acordo com as ementas e a legislação em vigor. Deve sinalizar para o caráter investigativo e reflexivo, reforçando o entendimento de que a prática docente não é uma simples reprodução ou vulgarização do conhecimento, mas sim, diálogo constante entre conhecimento específico, teorias da história e o fazer pedagógico e atuação do profissional em História, num processo constante de diálogo entre saberes e práticas. Nesse caso, entendemos que o estágio supervisionado consiste em

desenvolver saberes e práticas em relação ao contexto escolar e outros espaços de atuação do profissional de história, fazendo com que estes saberes e práticas, devidamente contextualizados, se internalizem nos graduandos, de modo que possam se transformar, de fato, em saberes da experiência.

Este processo dinâmico, complexo e subjetivo, é o que deverá caracterizar o percurso da formação de professores de História. Geralmente este conjunto de saberes e práticas, situados na Universidade, se encontram isolados do contexto escolar e outros locais de atuação do historiador como museus, arquivos históricos e documentais, de modo que o desafio do que tem se denominado relação teoria e prática é oportunizar o desenvolvimento deste processo complexo de transformação dos saberes acadêmicos em práticas docentes. Por isso os conteúdos e práticas desenvolvidos nas disciplinas, tanto específicas quanto ditas pedagógicas, que focam especialmente o ensino e prática de historiador, devem se relacionar com o contexto dos espaços de atuação do profissional de História; pois, entendemos que o exercício efetivo da docência se constitui como resultado de um conjunto de saberes e práticas, que se colocam em ação de maneira dinâmica e contextual.

As ações básicas previstas para o estágio supervisionado docente de História são essencialmente de inserção no exercício da docência nos níveis de Ensino Fundamental, Médio, Educação de Jovens e Adultos, Indígena e Comunidades Tradicionais. No caso, serão utilizadas como espaços de estágio as escolas públicas das localidades em que o curso está sendo aplicado. Estas atividades podem dividir-se em um período prévio de observação, reconhecimento, planejamento, organização e práticas docentes e como pesquisador. Nesse caso, corresponde ao momento do docente e pesquisador colocar em prática as técnicas apreendidas, de levar as discussões da nova produção histórica e de sua pesquisa. O resultado será um relatório final de atividades. Em casos específicos, podem ser propostos projetos especiais a serem desenvolvidos em forma de oficinas, mini-cursos, laboratórios, e em outros espaços educativos, desde que atenda ao caráter pedagógico da relação específica de atividade de ensino e carga horária estabelecida.

No caso de creditar esta atividade curricular, este será efetivado até o limite máximo de 200 horas as atividades de estágios desde que os alunos exerçam atividade docente regular na educação básica e elaborem relatórios técnicos e/ou artigo científico sobre a experiência no campo de estágio; ficando a cargo do professor da disciplina avaliar o desempenho do discente.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares, com duração de 200 horas, consistem basicamente em processos de prática pedagógica, seminários, elaboração ou instrumentalização para criação de material didático, domínio de novas tecnologias e materiais, preparação e reflexão do conteúdo dos livros didáticos e da prática como componente curricular, análise de determinado conteúdo em currículos da educação, observações escolares, relatórios, redefinição dos conteúdos trabalhados no ensino básico. São ações capazes de recortar diferentes experiências profissionais, através da mobilização das atividades capazes de articular as competências nas escolas da rede de ensino formal na educação básica; instituições públicas e/ou privadas, a exemplo de jornais, periódicos, televisão, cinema e rádio, secretarias de educação, secretarias de cultura, museus e pinacotecas; programas de educação a distancia, programas de educação indígena, organismos de elaboração e consulta científica, organismos de elaboração e consulta de recursos multimeios, sítios históricos e arqueológicos, biblioteca, institutos de pesquisa e fundações, associações e conselhos profissionais, federações e confederações empresariais, sociedades civis e sindicatos, mini-cursos, oficinas, seminários e congressos, assim como ações vinculadas a iniciação científica, da iniciação a docência, da extensão, da intervenção metodológica em espaços de ensino e da monitoria. Essas atividades serão normalizadas e cumpridas ao longo do percurso curricular. Inclui-se também nas atividades complementares as disciplinas optativas, que poderão ser ofertadas ao longo do curso.

5.5 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

O Curso tem como principio formador a indissociabilidade entre ensino e pesquisa e extensão, uma vez que se entende que estes só adquirem significado na medida em que não se desvinculam das experiências e problemáticas presentes na sociedade. Nesse caso, fica evidente a necessidade de não estabelecer uma divisão na formação do profissional que vai atuar nas escolas e aqueles que se encaminham exclusivamente para áreas de pesquisa. Em nossa perspectiva, a construção de um profissional com autonomia tem que priorizar uma formação mais ampla que prepare os formandos para atuarem com criticidade, com capacidade de lidar com a diversidade cultural, de posicionar-se diante das situações sociais e políticas, e com condições de desenvolver escolhas conscientes sobre a maneira como vai desenvolver seu trabalho ao lidar com o conhecimento histórico.

Acreditamos que é importante caminhar no sentido de uma formação teórico-metodológica que busque constituir um profissional que seja capaz de articular a pesquisa, ensino e

extensão. Neste aspecto, entendemos que os envolvimento com a pesquisa e com a produção do conhecimento histórico ampliam as possibilidades de autonomia profissional, pois a produção do saber apresenta-se como um trabalho que exige a construção de posicionamentos e perspectivas diante das concepções diversas de fazer História, contribuindo para a autonomia e clareza do profissional em formação sobre o quê, como e para que se ensina e se produz o conhecimento histórico.

Para que estes princípios sejam desenvolvidos é necessário desenvolvermos um conjunto de atividades práticas que estão inclusas ao longo do curso e distribuídas ao longo das disciplinas. Para materializarmos a proposta da prática como componente curricular apontamos os exercícios das disciplinas Prática Curricular em textos didáticos, em literaturas e mídias, e ainda no ensino de História vinculadas a museus, galerias e monumentos, como instrumento necessário de formação docente.

5.6 POLÍTICA DE PESQUISA

A pesquisa necessita, ao lado do ensino e da extensão, constituir-se como uma atividade progressivamente presente nos meios acadêmicos e nas atividades de difusão de conhecimentos e de intervenção em problemas efetivos da sociedade. Neste aspecto, estão ligadas à perspectiva de amplitude da profissionalização do futuro docente, uma vez que propiciarão oportunidades de aquisição de competências, de domínio de métodos analíticos e de habilidades para aprender e recriar permanentemente. Promovem um novo sentido à graduação que deixa de ser espaço de transmissão e de aquisição de informações para então favorecer a construção e produção do conhecimento onde o aluno atue como sujeito da aprendizagem. Além disso, oferece a oportunidade para o professor desenvolver uma postura investigativa sobre sua área de atuação ao mesmo tempo em que aprende a utilizar os procedimentos de pesquisa como instrumentos de trabalho.

As atividades de pesquisa e iniciação científica estarão integradas com o ensino e a extensão e terão sua produção incentivada, organizada e coordenada pelos docentes do Curso. A pesquisa científica, sob a ótica de importância fundamental para a formação do professor, será conduzida de modo a:

- Familiarizar o aluno com os procedimentos e técnicas da investigação acadêmica;
- Desenvolver competências e habilidades para realizar pesquisas na área de conhecimento de sua especialidade, estabelecendo foco principalmente no ensino e aprendizagem;
- Sustentar a formação do professor de modo a favorecer o seu desenvolvimento profissional

e dotá-lo da capacidade de manter-se atualizado;

- Assimilar os processos de pesquisa como conteúdos associados à produção historiográfica e a serem socializados aos alunos da educação.

Considerando esses princípios norteadores da política de pesquisa, propõe-se a criação de duas linhas de pesquisa, a saber:

- a) Saberes Históricos no Espaço Escolar;
- b) Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão;
- c) Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória;
- c) Populações, natureza e propriedade;
- d) Ensino, linguagens e memória.

As linhas de pesquisas devem envolver todos os professores efetivos do Curso de História, assim como pode contar com a participação de outros de diferentes cursos do Campus de Ananindeua e outras faculdades da UFPA e também de outras instituições de ensino e pesquisa superiores. No caso, estas linhas de pesquisa visam promover o desenvolvimento do conhecimento histórico e construção de novas práticas de ensino, bem como fomentar a pesquisa e elaboração de monografias científicas, projetos, palestras, seminários e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão, de acordo com os objetivos formativos do curso.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

As atividades de extensão e ação comunitária serão desenvolvidas em áreas de abrangência da Instituição, buscando identificar as necessidades sociais para a contextualização de seus projetos e programas. Estarão direcionadas para intensificação e otimização do ensino e da pesquisa, proporcionando também a melhoria da qualidade de vida da população. As atividades extensionistas envolvem a participação de professores, discentes e a comunidade em ciclo de palestras, seminários, conferências, elaboração de cartilhas, elaboração de material didático, oficinas de capacitação e atualização para professores do Ensino Básico das escolas públicas e privadas do município e comunidade em geral.

A extensão integrará objetivos comuns de modo a oportunizar ao futuro docente e pesquisador o desenvolvimento de competências e habilidades para o desempenho de suas funções. Dessa forma, os alunos, sob a orientação de seus professores vivenciarão situações de forma interdisciplinar e atuarão de forma a:

- Analisar o contexto social e direcionar programas e projetos que se integrem às necessidades do momento, utilizando-se de todos os recursos que a Instituição possa

disponibilizar a comunidade;

- Promover o desenvolvimento de parcerias com grupos e instituições, articulando os saberes desenvolvidos no curso e as necessidades sociais. Nesse sentido, estarão abrindo também possibilidades para a aplicação da teoria e transposição para a sala de aula de aspectos práticos onde o graduando estará exercitando habilidades de autonomia, tomada de decisões e escolhas de procedimentos pedagógicos e de pesquisas, ainda no decorrer de sua formação.

5.8 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Para complementar o que é exposto o Curso de História apresenta uma proposta curricular de aspectos relacionados à Educação Ambiental, Relações Étnico-Raciais e Educação em Direitos Humanos durante a formação dos estudantes, como segue:

- Educação Ambiental: Conhecimentos, no que diz respeito à dimensão ambiental, são os conhecimentos dos processos socioculturais da humanidade, conhecimentos das escolhas sociais, assim como os valores e atitudes dizem respeito à ética das relações homem-natureza e das relações entre os sujeitos. Assim, os conteúdos educativos presentes no Curso de Licenciatura em História articulam natureza, história e conhecimento, além de valores e atitudes como respeito, responsabilidade, compromisso e solidariedade. Desta forma, Educação Ambiental há de ser compreendida como uma dimensão da educação, como atividade intencional da prática social, que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, com o objetivo de potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética ambiental. Para o cumprimento deste princípio, o Curso desenvolverá atividades curriculares como Ensino de História e Formação para Cidadania, História da Amazônia e História do Brasil, assim como Atividades Complementares associadas a eventos, oficinas e minicursos, com o papel de mediar à interação dos sujeitos com seu meio natural e social, de forma a contribuir para a construção não só de uma relação mais equilibrada entre o homem e a natureza, mas também de uma relação equilibrada entre os homens.

- Relações Étnico-Racial: O subdimensionamento dos efeitos das desigualdades étnico-raciais embota o fomento de ações de combate ao racismo na sociedade brasileira, visto que difunde a explicação da existência de igualdade de condições sociais para todas as pessoas. Para superar essa problemática, o Curso desenvolverá ações com o intuito de construir, identificar, publicar e distribuir material didático e bibliográfico sobre as questões de diversidade étnico-racial, além de incluir os conteúdos referentes à educação dessa

temática nos componentes curriculares, articulando-as à pesquisa e à extensão. Está prevista a articulação de conteúdos vinculados às disciplinas de História e Cultura Afro-Brasileira e História Indígena e do Indigenismo assim como as Atividades Complementares associadas a eventos, oficinas e mini curso, em que ao mesmo tempo em que demonstre a contribuição de populações indígenas e quilombolas no processo de constituição do espaço e da paisagem amazônica. Uma constituição da Amazônia produzida pelas experiências de grupos étnicos raciais de matriz africana e indígena.

- Educação e Direitos Humanos: Contribuir na sensibilização para a causa dos Direitos Humanos é um dos propósitos do Curso de Licenciatura em História. Para isto deve-se pensar na construção de atividades curriculares pautadas pelo coletivismo, pelo apego à reflexão crítica da realidade, que privilegie a participação ativa e a constante interação entre a teoria e a prática, assegurando o princípio da solidariedade e do respeito ao ser humano e os valores sociais e coletivos. As atividades curriculares Ensino de História e Formação para Cidadania, Seminário de História e Educação, Psicologia de Ensino, Trabalho de Conclusão de Curso e Estágio Supervisionado, por exemplo, assim como as atividades complementares associados a eventos, oficinas e minicurso foram propostas de forma a construir uma pedagogia da indignação e não da resignação. Assim, devem formar indivíduos capazes de se indignar diante de toda forma de violência, de humilhação e de violação de direitos.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Os procedimentos metodológicos empregados pelos professores deverão ser diversificados e inovadores abrangendo além das aulas expositivas, aulas práticas e experimentais associadas à produção de material didático e visitas orientadas a escolas. O planejamento das atividades curriculares será realizado no início de cada semestre letivo respeitando o calendário acadêmico da Universidade Federal do Pará, e envolverá professores, alunos, técnicos e coordenação do Curso. Nesse sentido, é imprescindível que a metodologia de ensino seja definida a partir da relação professor-aluno, na perspectiva de buscar o envolvimento desses sujeitos para as práticas de pesquisa e produção do conhecimento histórico e educacional, visando à ampliação das possibilidades de autonomia profissional tanto para os docentes formadores quanto para os discentes em formação.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

O coordenador do Campus Universitário de Ananindeua em cumprimento ao Regulamento do Ensino de Graduação da Universidade Federal do Pará (Resolução 3633/2008 – CONSEPE) deverá nomear a Comissão Interna de Avaliação do Curso de História, composta por cinco membros indicados e aprovados pelo Conselho do Curso. Esta comissão deverá organizar e acompanhar os processos de avaliação dos Projetos Pedagógicos, corpo docente e discente do Curso, respeitando o calendário acadêmico da instituição.

7.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As avaliações dos discentes são elementos constitutivos e orientadores do processo de ensino-aprendizagem, permitindo a diversificação de estratégias e de instrumentos. As formas de avaliações a exemplo de testes, observações, produção de textos, construção de projetos, elaboração de materiais didáticos, sistematização de dados, entre outras, serão determinadas por cada professor considerando as peculiaridades do conteúdo programático de cada disciplina, respeitando as diretrizes dispostas na resolução 3633/2008-CONSEPE. O discente será avaliado em, no mínimo, três momentos no decorrer de uma disciplina. A forma de avaliação deverá ser apresentada e discutida entre os docentes e os discentes no primeiro dia de aula, e as determinações acordadas deverão ser cumpridas. O conceito final será decorrente da média, que poderá ser ponderada ou aritmética (dependendo da situação). As notas serão atribuídas considerando a seguinte pontuação: 9,0 a 10,0 Excelente (EXC); 7,0 a 8,9 Bom (BOM); 5,0 a 6,9 Regular (REG) e 0 a 4,9 Insuficiente (INS). As avaliações deverão ser contínuas através da participação em sala de aula; realizadas através de verificação formal de aprendizagem (provas escritas e práticas); por elaboração de relatórios de atividades de campo; por apresentações de seminários; por organização de mini-cursos e palestras; por elaboração de material didático; por auto-avaliação; por participação em eventos acadêmico-científicos; e por outras formas estabelecidas pelas normas superiores da UFPA. Caberá a uma Comissão composta por três professores do quadro docente da UFPA, designados pelo Conselho do Curso, dar parecer sobre discordâncias entre discentes e docentes quanto à forma de avaliação. A decisão da Comissão deverá ser acatada plenamente.

7.3 AVALIAÇÃO DO ENSINO

Avaliação interna do curso se dará através da análise do índice de evasão, aceitação dos formandos no mercado nacional e internacional e em programas de pós-graduação e convênios. Serão ainda observados a produção científica dos alunos, projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão, recursos e estágios remunerados obtidos em outras empresas; tendo como objeto de análise a estrutura curricular, biblioteca, média das avaliações anuais por grupos de alunos etc.

No caso da avaliação do corpo docente, técnicos e administração será realizada semestralmente ao final de cada período letivo, através de formulários nos quais os discentes, docentes e técnicos e administrativos apresentarão críticas e sugestões para melhoria do ensino. Os formulários preenchidos serão analisados pela coordenação de curso, juntamente com os professores e, posteriormente encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação.

7.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O desenvolvimento do projeto pedagógico será avaliado semestralmente. A avaliação se dará por meio de formulário padronizado, contendo questões relativas ao desempenho do professor e da coordenação de Curso (coordenador e secretaria), planejamento e execução das disciplinas e do bloco de disciplinas, integração entre as disciplinas do mesmo bloco e com disciplinas dos blocos de semestres anteriores, auto-avaliação e infra-estrutura. Os formulários preenchidos por docentes, discentes, técnicos e administração serão analisados pela coordenação de curso, juntamente com os professores e, posteriormente encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 DOCENTES

Nome	Titulação Máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Aluísio Fernandes da Silva Júnior	Mestre	Estudos Amazônicos	Dedicação Exclusiva
Edilza Joana de Oliveira Fontes	Doutor	História do Brasil	Dedicação Exclusiva
Francivaldo Alves Nunes	Doutor	História da Amazônia	Dedicação Exclusiva
Paulo Alves de Melo	Mestre	Estudos Amazônicos	Dedicação Exclusiva
Paulo Celso Santiago Bitencourt	Doutor	Estudos Agrários	Dedicação Exclusiva

8.2 TÉCNICOS

No quadro técnico administrativo disponibilizamos de um profissional (técnico administrativo) atuando na área, sendo previsto a contratação de um bolsista do Programa Bolsa Trabalho da Pro-Reitoria de Administração da UFPA.

8.3 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Salas amplas para regências dos cursos ofertados	Sala	50	Aula	4
Sala para serviços de secretaria do curso.	Secretaria	10	Administrativa	1
Sala dos professores, orientação dos trabalhos acadêmicos	Sala	20	Orientação acadêmica	1
Biblioteca	Sala	50	Orientação acadêmica	1
Sala de reuniões acadêmicas	Sala	20	Reunião	1
Sala ampla para aulas de Informática e pesquisa	Laboratório	50	Aula	1

8.4 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Biblioteca	computador	Cedido	5	Os computadores são utilizados pelo setor administrativo da biblioteca e para consulta dos alunos e compartilhados com os demais cursos.
	mesa	Cedido	6	As mesas são utilizadas pelo setor administrativo da biblioteca e para uso dos alunos, sendo compartilhados com os demais cursos. Inclui-se também cadeiras e estantes, estas últimas para guarda do acervo bibliográfico do curso.
Sala de reuniões acadêmicas	computador	Cedido	2	Os computadores são utilizados por docentes do curso.
	mesa	Cedido	4	As mesas são utilizadas por professores e alunos do curso. Inclui-se também cadeiras e armários para guarda de documentos dos professores.
Sala dos professores, orientação dos trabalhos acadêmicos	mesa	Cedido	2	As mesas são utilizadas por professores e alunos do curso. Inclui-se também cadeiras e armários para guarda de documentos dos professores.
Sala para serviços de secretaria do curso.	computador	Cedido	2	
	mesa	Cedido	2	Além de duas mesas foram cedidos para os serviços de secretaria, quatro cadeiras, um armário e um gaveteiro, além de materiais de expedientes.
Salas amplas para regências dos cursos ofertados	mesa	Cedido	1	Mesa de uso dos professores. Acrescenta-se ainda que a sala é composta de 50 cadeiras para alunos e cadeira para professor.
	datashow	Cedido	1	Uso exclusivo do curso, o equipamento é utilizado para dinamizar as aulas.
	quadro magnético	Cedido	1	Equipamento para registros das informações e material didático de uso cotidiano dos professores.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- As Diretrizes Curriculares para os Cursos de História, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº. 13/2002 de 13 de março de 2002 e com fundamentos nos pareceres CNE/CES nº. 492/2001 de 09 de julho de 2001 e CNE/CES nº. 1.363/2001 de 25 de janeiro de 2002.
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena instituída pela Resolução CNE/CP nº. 01/2002 de 18 de fevereiro de 2002 e com fundamentos nos Pareceres CNE/CP nº. 09/2001 e CNE/CP nº. 27/2001 de 17 de janeiro de 2002.
- A Resolução CNE/CP nº. 02/2002 de 19 de fevereiro de 2002, com fundamentos no Parecer CNE/CP nº. 28/2001 de 17 de janeiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- Regimento Geral da UFPA, Resolução nº. 616 (CONSUN) de 14 de dezembro de 2006;
- Regulamento do Ensino de Graduação da UFPA, Resolução nº. 3633 de 18 de fevereiro de 2008 que aprova o Regulamento do Ensino de Graduação no âmbito da UFPA.
- Decreto nº. 6.495, de 30 de junho de 2008, que Institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT.
- Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio
- A Lei nº. 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- A Lei nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação e que destaca como núcleo estratégico do ensino superior a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de determinar a implantação de ações extensionistas no currículo de Graduação.
- A Lei nº. 10.639/2003, que prevê a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de História da África, da luta dos negros no Brasil e de Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio.
- Resolução n. 643 / Consun, de 07.02.2008, Regimento do Campus Universitário do Tocantins.
- Decreto 5626/2005 que regulamenta a Lei 10.436 de 2002 que dispõe sobre a Libras
- Resolução 717 de 12 de agosto de 2014 que cria o Campus Universitário de Ananindeua.